

Contraponto

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Abril de 2009 – Ano 2 – nº 17
Av. Presidente Vargas 509, 11º andar ☎(21) 2215.2443
Centro – Rio de Janeiro – CEP 20071-003

FENAJUFE filiado à FENAJUFE e à CUT

Assédio moral em São Pedro da Aldeia

Diretora de Vara Federal é exonerada e removida

Foi publicada no Boletim Interno da semana de 25 a 31 de março de 2009 da Seção Judiciária



do Rio de Janeiro (SJRJ) a Portaria nº 456/2009, da Direção do Foro, que “remove de ofício e no interesse da Administração” a Diretora de Secretaria da Vara Única de São Pedro da Aldeia para a Secretaria Única das Turmas Recursais, a partir de 1º de abril de 2009. A remoção se deu a pedido da juíza substituta no exercício da titularidade da Vara de São Pedro, já que a juíza titular se encontra em fruição de licença, iniciada em dezembro de 2008, para tratar de assuntos particulares pelo período de dois anos. A licença se deu logo após a representação do sindicato junto à Corregedoria do TRF da 2ª Região, em novembro passado, a partir de denúncias de assédio moral.

O Boletim Interno da SJRJ publicou também a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as possíveis irregularidades denunciadas pelo Sisejufe, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos. A fase de inquérito incumbirá à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Justiça Federal do Rio de Janeiro e o prazo para conclusão do processo é de 60 dias, prorrogável por igual período.

De acordo com a diretora do Sisejufe Mariana Liria, “tais fatos se devem à pressão ocasionada pela organização dos servidores, que buscaram no

sindicato – enquanto órgão de defesa de seus interesses políticos e substituto processual – amparo para o combate às nefastas práticas de assédio moral”. “É mais uma importante vitória para os colegas de São Pedro da Aldeia e para a categoria como um todo, bem como um vigoroso alerta àquelas que insistem em seguir nessa seara no espaço do funcionalismo público”, diz Mariana.

Além de ofertar a representação e acompanhar de perto o processo que tramita junto à Comissão de Sindicância, vale lembrar que o sindicato contratou a confecção de laudo grafotécnico, através do escritório JDD Consultoria, para examinar assinaturas encontradas em feitos processuais que possivelmente não tenham sido firmadas pela juíza titular; com base no laudo, foi apresentada ainda representação ao Ministério Público Federal com o intuito de embasar possível denúncia criminal. O Sisejufe busca uma audiência com o Procurador Federal responsável pela inauguração da respectiva ação penal.

Ações individuais objetivando a nulidade dos atos administrativos que colocaram colegas da Vara Federal de São Pedro da Aldeia à disposição também foram patrocinadas pelo Departamento Jurídico do Sindicato, com sucesso já no pedido de antecipação dos efeitos da tutela em um deles.

Da Redação, com informações do Departamento Jurídico do Sisejufe.

Contas de 2008 e planejamento de 2009 têm aprovação unânime



Confiança: sindicalizados mais uma vez conferiram e aprovaram a gestão do Sisejufe

Texto e fotos
Henri Figueiredo*

Na noite de quarta-feira, 25 de março, 60 sindicalizados compareceram à sede do Sisejufe e aprovaram por unanimidade as contas de 2008 e o orçamento do sindicato para 2009. Os servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro ouviram o detalhamento, rubrica a rubrica, dos investimentos do Sisejufe no ano que passou. A mesa foi composta pelos diretores Valter Nogueira Alves e João Mac-Cormick, membros do Departamento de Administração e Finanças do Sisejufe, pelo presidente do recém-criado Conselho Fiscal, Francisco Costa de Souza (contador aposentado do TRE), e pelo contador Hugo Leonardo

Pinto das Neves, representante do escritório de contabilidade do Sisejufe.

Assim como divulgado na edição nº 16 do jornal Contraponto, a diretoria demonstrou que o sindicato conta hoje com mais de R\$ 200 mil de superávit. Nos últimos anos, a direção do Sisejufe saldou as despesas com a reforma e o término da reestruturação da nova e da antiga sede, comprou novos equipamentos de informática, promoveu diversos cursos, seminários, palestras e confraternizações com a categoria. Além disso, o sindicato apoiou movimentos sociais, realizou inúmeras viagens na defesa dos interesses da categoria e se tornou pioneiro no Brasil ao debater o Plano de Carreira. Tudo

isso se traduziu em sindicalizações. A filiação saltou, na gestão anterior e no primeiro semestre da atual gestão, de 3 para 4 mil sindicalizados. Só de novembro de 2008 a março de 2009, o Sisejufe sindicalizou 400 servidores.

Na próxima edição da Ideias em Revista, publicação bimestral do Sisejufe que vai circular no início de maio, o sindicato volta a apresentar gráficos, tabelas e um detalhamento político dos investimentos feitos ao longo de 2008. Também será publicada a íntegra do planejamento financeiro de 2009, aprovado também por unanimidade na Assembleia de Prestação de Contas.

*Da Redação.



Rubrica a rubrica: todos verificaram as contas



Mesa: Hugo Neves, Valter Alves, Francisco Souza e João Mac-Cormick

LEIA TAMBÉM

Núcleo dos Aposentados promove encontro multidisciplinar
Página 3

Diretoria do sindicato se reúne com novo presidente do TRT
Página 4

Oficiais de justiça debatem mudanças na Administração da JF
Página 7

Leia na **Ideias** nº 24 a análise detalhada das contas do Sisejufe, com gráficos e tabelas. Em maio, no seu local de trabalho.

Quintos: cuidado com o golpe

Sindicalizados não precisam de novas ações para quintos, juros ou correção monetária. Diante dos equívocos, provavelmente suscitados por maus profissionais que aterrorizam os servidores da Justiça Federal sobre suposta prescrição e necessidade de ingresso imediato com ações de quintos para cobrar juros e correção monetária, o sindicato alerta que já possui demanda coletiva a respeito, abrangendo todos os pedidos de incorporação, pagamento de atrasados, juros e correção monetária.

Não existe qualquer necessidade dos filiados ingressarem com novas ações, que correm o risco de prejudicá-los, pois o teto dos juizados é de 60 salários mínimos e muitos servidores estão pedindo inclusive os atrasados da incorporação, com juros e correção, o que implica renúncia a valores bem superiores aos admitidos pelos JEFs. Nesse caso, um servidor que tenha R\$ 100.000,00 para receber, renuncia a R\$ 72.100,00, enquanto pode ganhar o valor integral na ação do sindicato.

Chegaram ao conhecimento do sindicato algumas afirmações de maus profissionais, que distribuem procurações nos Tribunais, de que a ação não abrange juros e correção monetária. É mentira para arrecadar dinheiro fácil. A ação do Sisejufe, que se encontra em grau de apelação, abrange todas as parcelas relacionadas aos quintos, seus atrasados, juros de mora e correção monetária incidente.

[Departamento Jurídico do Sisejufe]



O nepotismo no Poder Judiciário

Opinião Procura-se desconfigurar a prática como tal, mas falamos de uma imoralidade

Nilton Pinheiro*

No momento em que está em curso a elaboração de Plano de Carreira do Judiciário Federal, é importante darmos uma “pinclada” no tema do nepotismo. Apesar de já observarmos na esfera pública um movimento no sentido de extingui-lo, o assunto ainda é desconhecido ou ignorado por muitos. E por alguns é ignorado de forma proposital.

O nepotismo (do latim *nepos*, neto ou descendente) se dá quando um (alto) funcionário público entrega cargos públicos a pessoas ligadas a ele por laços familiares – o que é uma prática corrupta e lesiva à democracia. A História registra que a prática já foi utilizada por Napoleão Bonaparte, na nomeação de seus irmãos, mas que surgiu, na verdade, no interior da Igreja

Católica, em pleno Renascimento – os Papas concediam cargos de forma a privilegiar sobrinhos e outros parentes dentro da Igreja.

Em 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Súmula Vinculante 13, proibiu o nepotismo no serviço público. A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, compreendido o ajuste mediante designações

recíprocas, viola a Constituição Federal no Art. 37, “caput” – e foi Publicada DJ 162/2008, p. 1, em 29/8/2008 e DO de 29/8/2008, p. 1., tem como precedentes: ADI 1.521 MC, MS 23.780, ADC 12 MC, ADC 12 (acórdão pendente de publicação) e RE 579.951 (acórdão pendente de publicação).

Ao analisar uma ação que questionava a contratação de um secretário municipal de Saúde e um motorista em Água Nova (RN), que eram parentes de um vice-prefeito e um vereador, o relator ministro Ricardo Lewandowski entendeu necessária a emissão de Súmula. Infelizmente, o nepotismo mostra-se uma prática comum no serviço público.

Mas o “jeitinho brasileiro” providenciou logo

uma forma de burlar a Lei, qual seja, as contratações cruzadas. Falemos hipoteticamente: se eu não posso nomear a minha filha, nomeio o meu genro, visto que este não é parente, ou ainda, não o nomeio para o meu gabinete, mas peço que um de meus pares o faça em seu gabinete, ou ainda, solicito que meu irmão seja nomeado para uma assessoria, visto que assim ele estará ligado à Presidência do Tribunal e não ao meu gabinete. Procura-se desconfigurar o nepotismo, mas de qualquer forma estamos falando de uma imoralidade – contrariando assim o Princípio da Moralidade contido no Art. 37, da CF, entre outros.

E, para refletirmos, lhe pergunto caro leitor: isso existe no órgão em que você labora?

*Diretor do Sisejufe.

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443

PORTAL: <http://sisejufe.org.br>

ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho **ESTAGIÁRIA DE JORNALISMO:** Gizele Martins – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo – **REVISÃO:** João Mac-Cormick.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado.
8,3 mil exemplares.
Gráfica Minister

Tarde de informação e festa

Aposentados Oficinas de idiomas, música e informes jurídicos movimentam o sindicato

Texto e fotos
Henri Figueredo*

Foi uma tarde multidisciplinar no Sisejufe. O Núcleo dos Aposentados e Pensionistas, em seu encontro mensal da última terça-feira de cada mês, reuniu aproximadamente 30 pessoas, no dia 31 de março, para uma série de atividades. A programação começou com informes sobre o Encontro Nacional dos Aposentados e sobre o Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria, que ocorreu em Brasília e para o qual o sindicato enviou delegação. O assessor jurídico do Sisejufe no Distrito Federal Rudi Cassel falou sobre o andamento de todas as ações judiciais e administrativas do sindicato relacionadas aos aposentados. Na sequência da tarde, os presentes se divertiram com as oficinas dos idiomas Inglês (com a professora Silvana Amorim) e Espanhol (com o professor Roberto Ponciano). A tarde acabou com o espetáculo musical do grupo Batifundo e com tortas e bebidas para os convidados.

Saúde e luta

Para a coordenadora do núcleo, Lucilene Lima, foi um dia de conagração entre os diversos departamentos do Sisejufe. “Nossa atividade teve a participação do Departamento de Formação e Cultura, do Departamento Jurídico e do novo Departamento de Saúde”, lembrou. Durante toda a tarde, os presentes puderam medir a pressão e a taxa de glicose com enfermeiros. O fisioterapeuta e acupunturista Antônio Carlos Coelho dos Santos também explicou como funciona o atendimento de Medicina Tradicional Chinesa no Sisejufe.

De acordo com Lucilene Lima, a grande expectativa dos sindicalizados que são aposentados é o recebimento de passivos e a queda da cobrança dos 11% sobre os proventos. “Isso é o sonho de todos. Esses 11% que incidem sobre nossa renda equivalem à faculdade de um neto, equivalem às compras de um mês. É o que mais interessa hoje ao aposentado”, diz Lucilene.



Programação intensa: tarde do Núcleo dos Aposentados envolveu vários departamentos do sindicato

lene. Ela ainda chama a atenção para a necessidade de luta e mobilização para aprovar a PEC 555/2006 – que extingue a contribuição previdenciária de inativos.

Música e idiomas

Morador de Arraial do Cabo, o técnico judiciário aposentado da Justiça Federal Roosevelt Aroeira, de 65 anos, veio ao Rio especialmente para o encontro do Núcleo de Aposentados e Pensionistas do Sisejufe. “A atividade foi muito proveitosa

com opções de lazer e de informação sobre as atividades do sindicato. Gostei também da palestra sobre o curso de Espanhol do sindicato, mas estou pensando no momento em estudar Inglês”, diz Aroeira. Quem tem ideia parecida é a professora aposentada do município Ivone Dantas, 72 anos: “Fui convidada para este evento e me chamaram a atenção os cursos de idiomas”.

Um dos participantes mais animados da tarde era o ex-frequentador do Cordão da Bola Preta Pedro Jordão, 80 anos,

morador de Inhoáiba, na Zona Oeste. Logo após sair dançando com uma funcionária do sindicato pelos corredores, seu Jordão (com cara de moleque levado) deu seu veredicto: “Gostei da exposição dos advogados quando falaram das questões administrativas e ações judiciais”. Opinião tão direta quanto a de dona Maria do Socorro, 70 anos, aposentada do TRE e presença constante no Sisejufe: “O sindicato funciona direitinho”.

*Da Redação, com a colaboração de Gizele Martins.



Idiomas: Vera Lúcia e Lucilene na oficina de línguas com Silvana e Ponciano



Samba e MPB: o grupo Batifundo animou a festa



Do Bola Preta para o Sisejufe: seu Jordão tira Sula para dançar

NOTAS

PAPE/Auxílio-creche: só sindicalizados terão ressarcimento do desconto no IR

O Sisejufe enviou no dia 23 de março para o TRT a lista de servidores sindicalizados que terão direito ao ressarcimento do desconto do IR sobre o Plano de Assistência Pré-Escolar (PAPE).

Na ação, movida pelo Sisejufe, o ressarcimento do valor do IR pode retroagir até 10 anos. De acordo com o diretor do Sisejufe Moisés Santos Leite, servidor do TRE, os sindicalizados daquele tribunal já tiveram o valor do auxílio-creche livre do desconto de imposto de renda no mês de março.

Os servidores que se sindicaliza-

rem no mês de abril também podem ser beneficiados pela medida, já que a ação é de substituição processual. Sindicalizados não pagam nada para ingressar na referida ação – ao se filiar a cobertura de todas as ações coletivas é automática.

As vantagens da filiação são muitas, pois há vários processos em andamento, com decisões deferindo tutelas antecipadas para afastar IR do abono de permanência, vedar descontos remuneratórios retroativos de parcelas percebidas de boa-fé, afastar a incidência de IR nas aposentadorias por invalidez, entre outras.

Cursos do Sisejufe: Inglês (nova turma) e Francês (curso novo) começam em maio

A nova turma do Nível Básico de Inglês e o novíssimo curso de Francês já têm dia e hora marcada para o início das aulas. As aulas de Inglês serão às terças e quintas-feiras, das 9h às 10h30min, na avenida Presidente Vargas, 509/11º andar. Os alunos usarão uma apostila básica do curso inicial, não incluída no custo do curso, cuja fotocópia será cobrada. A primeira aula, da professora Silvana Amorim, será na terça-feira, 19 de maio.

Já a turma do curso de Francês será realizada na antiga sede do sindicato, na rua Senador Dantas, 117, sala 1541, Centro. A antiga sede foi totalmente reformulada e abriga hoje uma moderna sala de aula, total-

mente equipada. Na primeira fase do curso será utilizado o livro Echange Matier Volume 1, que pode ser encontrado na livraria Martins Fontes Editora, com desconto para os alunos da professora Solange Perdígão. O curso de Francês será às sextas-feiras, das 8h30min às 11h e começará no dia 22 de maio de 2009. A mensalidade do curso é paga na primeira aula do mês. Os preços: Sindicalizados – R\$ 30,00. Dependentes – R\$ 50,00. Não sindicalizados – R\$ 150,00. Sindicalize-se e aproveite esta oportunidade de aprimorar seu currículo.

Inscrições, no telefone (21) 2215-2443, com o funcionário Roberto Marins, ou no endereço eletrônico formacao@sisejufe.org.br.

Sisejufe leva reivindicações ao novo presidente do TRT

Justiça do Trabalho Direção do sindicato se reuniu com Aloysio Santos para tratar da redução da jornada, entre outros temas

Texto e fotos
Max Leone*

Dois dias após a posse do novo presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, desembargador Aloysio Santos, a diretoria do Sisejufe se reuniu com o magistrado para apresentar uma série de reivindicações. Os diretores do sindicato Roberto Ponciano, Valter Nogueira Alves e Willians Faustino de Alvarenga foram recebidos na manhã de 25 de março pelo desembargador no gabinete do 8º andar da sede do TRT. No encontro, os diretores apresentaram propostas e cobraram pontos que ainda estão pendentes. Os temas abordados na reunião foram os critérios de concessão do Adicional de Qualificação (AQ), o treinamento de servidores do interior do estado, as condições de trabalho adversas nas varas de alguns municípios, a questão dos agentes de segurança, a implantação da jornada de 6 horas e o pagamento de passivos aos servidores.

O primeiro ponto discutido na reunião foi a situação dos agentes de segurança. O diretor Valter Nogueira Alves apresentou a proposta de criar um setor específico no TRT. O dirigente sugeriu que fosse implantado o mesmo projeto que criou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Segundo Valter, a ideia é unificar a segurança das três áreas do Judiciário Federal.

“Além disso, temos um projeto de implantar uma escola de agentes de segurança. Vamos enviar ao presidente do TRT a mesma proposta do TRF. Propomos também a criação de um setor de inteligência que daria apoio aos oficiais de justiça, por exemplo, na hora de encontrar uma pessoa que deveria ser notificada e não foi encontrada”, explica Valter Nogueira, ressaltando que, pelo PCS, o agente que possui pós-graduação em Gestão em Segurança tem direito a um AQ de 7,5%. O presidente do TRT disse que conhe-



Primeira reunião: desembargador Aloysio Santos recebe Valter Nogueira Alves, Roberto Ponciano e Willians Faustino, da direção do sindicato

ce a proposta do TRF por conversas com o desembargador Joaquim Antônio Castro Aguiar e se mostrou simpático à proposta de treinar, preparar e redimensionar o setor de agentes de segurança dentro do TRT. Os diretores cobraram ainda do presidente do TRT a possibilidade de preenchimento de 20 vagas de agentes que estão abertas no tribunal. O desembargador pediu que o sindicato encaminhe as propostas para que sejam avaliadas.

Adicional

No caso do AQ, o diretor Roberto Ponciano apresentou a proposta de trocar os atuais critérios de concessão, estabelecidos pelo TRT, pelos que são adotados no TST. Para o Sisejufe, o tribunal no Rio limita a concessão à área de atuação do servidor, que fez algum curso de pós-graduação para receber o AQ. O presidente do TRT defendeu os atuais critérios utilizados pelo tribunal. Mesmo assim, os diretores do Sisejufe apresentaram argumentos, como a mobilidade de mão-de-obra e ficaram de encaminhar um pedido administrativo para a mudança de critérios.

“Outros tribunais, além do TST, não fazem essa restrição. O critério de concessão deve considerar que a área de interesse seria de todo o tribunal e não só onde o servidor está lotado. Se ele faz um determinado curso, o tribunal não deve apenas pensar na área que ele trabalha e sim lembrar que ele

poderia ser transferido para outros setores”, explica Ponciano. O presidente do TRT defendeu os atuais critérios. Os diretores do sindicato apresentaram argumentos, como a mobilidade de mão-de-obra e anunciaram o encaminhamento de um pedido administrativo para a mudança de critérios.

preferência para o crédito por antiguidade. No caso dos 11,98%, por exemplo, o tribunal ainda não conseguiu quitar o principal da dívida. Outros tribunais já o fizeram. Sempre que os recursos são liberados, os magistrados têm prioridade no pagamento. Só que eles possuem passivos mais recentes”,

enfrentam no seu dia a dia com as péssimas instalações dos locais de trabalho. Foram citados como exemplos os cartórios de Petrópolis, Nilópolis, Nova Iguaçu e Angra dos Reis. O presidente do TRT informou que o objetivo é resolver os problemas o mais rapidamente possível. O sindicato cobrou prazos,

Jornada de 6 horas – Os representantes do sindicato questionaram a decisão da antecessora de Aloysio Santos, a desembargadora Doris Castro Neves, que chegou a regulamentar a jornada de 6 horas para os servidores do TRT, mas voltou atrás da decisão antes de deixar o cargo. Valter Nogueira Alves garantiu ao presidente do TRT que, com a implantação das 6 horas, a tendência é de que a produtividade do tribunal aumente de 20% a 25%. O desembargador comprometeu-se a estudar a reivindicação.

Passivos

No assunto pagamento de passivos, os diretores do Sisejufe voltaram a reivindicar que o TRT cumpra o preceito constitucional de repassar os créditos de demandas mais antigas, sem privilégios como os que vêm ocorrendo no caso dos magistrados. No fim do ano passado, o tribunal voltou a dar prioridade aos juízes e direcionou valores infinitamente superiores para o pagamento das dívidas com os magistrados, referentes aos atrasados de Adicional de Tempo de Serviço (ATS). Na ocasião, o Sisejufe protocolou novo ofício exigindo o pagamento prioritário dos passivos dos servidores do tribunal.

“É preciso que o TRT dê

afirmou o diretor Valter Nogueira Alves.

Os diretores reivindicaram também a possibilidade de os servidores do TRT terem acesso aos valores dos atrasados por meio da intranet, como já acontece no TRF. O novo presidente do TRT informou que o pedido será analisado com atenção. O desembargador reconhece que o passivo do TRT “é monstruoso”. “Sei que o passivo é grande. A ideia é tentar pagar o máximo possível. O problema, pelo jeito, está em dividir o bolo”, disse o magistrado aos diretores sindicais.

Problemas no interior

O último ponto debatido foi a difícil situação que os servidores das varas do interior

mas Aloysio Santos preferiu não se posicionar sobre eles. Disse, apenas, que tentará resolver a situação com brevidade. Os diretores sindicais, então, lembraram que a antecessora de Santos deixou o cargo sem melhorar as condições de trabalho de um cartório sequer.

Sobre o treinamento, o sindicato apresentou a proposta de cursos à distância e de pagamento de diárias e abono de dia para quem tiver de se deslocar para assistir aulas. Os diretores também solicitaram a indicação de um(a) novo(a) diretor(a) para a ESAGS e que se agende reunião com o sindicato para se descobrir o que entrava a possibilidade de dos cursos à distância.

*Da Redação.

“O sindicato precisa provocar a Presidência”



Santos: “Situação dos agentes não pode ficar como está”

Contraponto – Como o senhor pretende encaminhar a sua administração no tribunal?

Aloysio Santos – Não conheci nenhuma administração de sucesso que não tivesse o apoio de todos. Pelo menos da maioria. E é isso que eu busco. Nem todos os atos como administrador serão favoráveis a todos. Alguém precisa ser o gestor.

Contraponto – A última presidente do TRT não se pautou exatamente pelo diálogo. Diferentemente da direção do Sisejufe, que sempre esteve aberta ao debate. Muitas reivindicações do funcionalismo poderiam ter sido revolidas por meio de conversa. Como senhor procederá?

Aloysio Santos – Falando em termos jurídicos, o sindicato não tem de acionar a Presidência, mas sim provocá-la, no melhor sentido da palavra, apresentando as reivindicações. Mas há coisas que não podemos softismar. O servidor melhor remunerado é o do Legislativo. Em segundo vem o do Judiciário. E muito distante vem o do Executivo. Mas apesar disso existem dificuldades financeiras.

Contraponto – O senhor resolverá a questão dos agentes de segurança do TRT?

Aloysio Santos – Isso eu terei de fazer. Queira ou não, terei de fazer. Como está não pode ficar.

Contraponto – Como será feito? Apesar de ser um cargo de nível médio, grande parte dos agentes de segurança tem curso de pós-graduação e muitos na área de Gestão em Segurança Pública. O último PCS prevê um aumento de 7,5% nesses casos...

Aloysio Santos – O sindicato pode me encaminhar uma relação de nomes e currículos dos agentes que têm pós-graduação para enviarmos à Secretaria de Gestão de Pessoas para atualizarmos o cadastro.

Contraponto – O pagamento do Adicional de Qualificação (AQ) no TRT é muito restrito. O critério de concessão pode ser alterado?

Aloysio Santos – A resolução do TST pode servir como um sinal e não como um modelo. Exatamente porque estamos tratando de realidades diferentes dos tribunais. É a do tribunal máximo do país, é a da capital federal...

Contraponto – Muitas varas do Trabalho no interior estão sem condições de funcionamento, como Nova Iguaçu, Nilópolis, Petrópolis. Há algum encaminhamento? Há prazos?

Aloysio Santos – Isso já estamos fazendo. As obras estão arroladas no relatório do corregedor-geral. E serão feitas obras, renovação de contrato. Não temos como precisar prazos... mas será o mais breve possível. É um conjunto de prioridades e uma delas é a do elevador do prédio de Nova Iguaçu.



Diálogo: diretores sindicais sempre estiveram abertos ao debate

Novo departamento cuida dos servidores

Saúde Setor trata de problemas advindos de assédio e LER-Dort

Max Leone*

Nem só de reivindicações salariais e ações judiciais vive o Sisejufe. A entidade também se preocupa com outras questões muito importantes na vida dos servidores do Judiciário Federal no Rio. Entre elas, a saúde dos trabalhadores. Neste sentido, a direção do sindicato criou o Departamento de Saúde – que já está à disposição dos servidores para tratar dos assuntos referentes à área. Uma das maiores demandas do setor será o encaminhamento dos problemas relacionados aos aspectos psicológicos provocados por um mal ao qual boa parte da categoria está submetida: o assédio moral. A direção do Sisejufe desenvolve um projeto para firmar um convênio que preveja tratamento psicológico a quem é vítima de assédio moral. O sindicato também receberá e dará encaminhamento mais célere às denúncias de restrição ao direito dos servidores de tirar a licença-saúde.

Segundo do diretor Marcelo Costa Neres, coordenador do Departamento de Saúde do Sisejufe, a ideia é dar o máximo de apoio ao funcionalismo com orientação para os problemas relativos ao tema, bem como tentar buscar soluções para os conflitos diante da administração. O foco, segundo ele, será trabalhar pela prevenção de doenças. “Há uma grande deman-

da dos servidores em busca de apoio para as questões de saúde”, justifica o diretor sindical, lotado há mais de oito anos no Serviço de Saúde (Sesau) da Justiça Federal.

De acordo com Neres, a Departamento de Saúde dará mais condições à diretoria do sindicato de encaminhar lutas por melhores condições de vida e de saúde no ambiente de trabalho. Permitirá, inclusive, que a entidade atue em conjunto com a direção dos órgãos de origem dos funcionários, no sentido de alcançar esses objetivos. “Podemos prestar assessoria técnica para as questões de saúde e ajudar na prevenção de doenças. Podemos também auxiliar o servidor na hora em que ele precisa tirar uma licença e não sabe como fazer”, explica o coordenador.

Medicina Chinesa – O novo departamento do sindicato já adotou uma iniciativa que visa o bem-estar do funcionalismo. Desde o início de março, os servidores e servidoras sindicalizados têm à disposição os benefícios da milenar Medicina Tradicional Chinesa (MTC). Os interessados podem agendar consultas para tratamento de dores lombares, entorses, problema de coluna, fascite plantar, entre outros, utilizando técnicas terapêuticas como acupuntura, shiatsu e reflexologia podal. Basta ligar para (21)



Marcelo Neres: coordenador do Departamento de Saúde do Sisejufe

2215-2443 e marcar um horário de segunda a sexta-feira, de 10 às 16h com o fisioterapeuta e acupunturista Antônio Carlos Coelho Lopes. O custo é de R\$ 15 por sessão, para sindicalizados(as).

Além da questão do assédio moral, o diretor do Sisejufe Marcelo Neres afirma ainda que as doenças ocupacionais, como LER-Dort, também são grandes preocupações que afetam os servidores do Judiciário Federal. Técnico em enfermagem, Neres acredita que outro fator que castiga os funcionários é o alto nível de estresse devido à falta de pessoal suficiente para atender ao público nas repartições. “Acredito que 50% das pessoas que procuram o serviço médico sofram de doenças ocupacionais e estresse”, afirma Neres.

*Da Redação.

Buenos Aires nas férias de julho

Com cursos de História da Arte e Espanhol

De 24 de julho a 2 de agosto de 2009, o Sisejufe e a Imagem Cultural, em parceria com a Coliseu Turismo, promovem uma viagem cultural à Argentina, com o curso de História da Arte in loco na capital portenha acompanhado de imersão em espanhol. Oportunidade única para quem deseja aperfeiçoar ou iniciar os estudos do idioma de Cervantes e Borges.

Descontos para sindicalizados

Pagamento em até 10 vezes

Inscrições até o dia 5 de maio de 2009

Mais informações:
imagemcultural.com.br - (21) 2220.5243

Noite Portenha no Sisejufe 15 de abril, 19h30min, apresentação do roteiro e outras informações sobre a viagem - Entrada franca.

CUT e centrais sindicais mobilizam 3 mil

Movimento Sindical Passeata revela desejo (e necessidade) de unidade na classe trabalhadora

Gizele Martins*

No dia 30 de março, o Brasil foi às ruas contra a crise, pela redução dos juros e da jornada de trabalho e por emprego, salários e garantia de direitos. As manifestações integraram a Jornada Intercontinental de Luta, organizada pela CUT e pela Confederação Sindical das Américas. A ideia era fazer ecoar pelos continentes o que a CUT vem pregando no Brasil desde o colapso do neoliberalismo, em setembro de 2008: “Os trabalhadores não pagarão a conta da crise.”

O grande ato unitário foi organizado pela CUT, CTB, Força Sindical, Conlutas, Intersindical, UGT, MST, UNE e pelos movimentos sociais. Trabalhadores, ativistas dos movimentos sociais e muitos estudantes se concentraram em frente à Candelária a partir das 14h e saíram em passeata pela Avenida Rio Branco, até a Cinelândia. Nos discursos, a crítica a quem privatizou, priorizou a jogatina do mercado financeiro e desnacionalizou as economias. Os responsáveis pela globalização neoliberal são os mesmos que hoje



Ato unificado: Centrais sindicais e movimento estudantil levaram 3 mil à Candelária

defendem os cortes de postos de trabalho e a redução dos salários como boias de salvação da economia.

O Sisejufe esteve representado no ato pelos diretores Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Roberto Ponciano, além da assessora política Márcia Bauer. De acordo com Vera Lúcia, a crise afeta a todos, indistintamente, e

umenta o endividamento do trabalhador. “A importância deste ato é o de unir as centrais sindicais que estavam dispersas. Não queremos direitos máximos ou mínimos, o que queremos é equilíbrio entre os direitos e deveres. É importante o movimento estudantil, as centrais sindicais e outros movimentos estarem aqui para unir nossas forças, afinal o nosso inimigo é grande”, analisa Vera.

O dirigente sindical Afonso Celso, do Sinpro-Rio, avaliava que a importância maior da mobilização é não deixar que empresas se aproveitem da crise para demitir. “Os sindicatos se juntaram aqui para dar esse recado. O interesse é o de denunciar o que acontece a partir da crise. Somos a favor da redução da jornada, mas sem redução de salários e com ga-

rantia de emprego”, disse. O bancário e diretor de Comunicação da CUT Marcello Rodrigues de Azevedo tinha opinião semelhante: “Temos que construir uma unidade. Só com unidade dos trabalhadores podemos criar alternativas concretas ao modelo que aí está”.

*Da Redação, com informações da CUT Nacional.

Entrevista: Lúcia Reis CUT negociou cumprimento de acordos com servidores

Gizele Martins*

Em 19 de março, o Sisejufe recebeu a visita da dirigente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Lúcia Reis. No encontro com o diretor Roberto Ponciano, Lúcia deu detalhes sobre dois encontros que a central teve com o ministro do Planejamento Paulo Bernardo, dias antes, quando o governo federal garantiu os acordos firmados com o funcionalismo público para reajustes salariais – no caso do Judiciário Federal isso garante o andamento do projeto do Plano de Carreira. Leia aqui os principais momentos da conversa.

*Da Redação.

Contraponto – Amplos setores da imprensa têm dito que o governo federal, em função da crise internacional, não vai cumprir os acordos salariais com o funcionalismo...

Lúcia Reis – A crise no Brasil se deu a partir do penúltimo trimes-

tre de 2008 e, com isso, o anúncio do impacto no orçamento de 2009. No início de 2008, quando o Congresso acabou com a CPMF, a gente fez uma renegociação dos termos do acordo com o governo. O que tínhamos é que a escolha política fosse a que a imprensa queria: conter gasto com o setor público e parar concursos. Ou, como queria o empresariado, na outra ponta, reduzir jornada e reduzir salário ao mesmo tempo. Essa pressão veio dos segmentos mais conservadores da sociedade. Numa linha política que governos como o de José Serra ou da governadora Yeda Crusius vem desenvolvendo, de reduzir o estado e desmontar o serviço público.

Contraponto – Qual o papel da CUT nessa negociação?

Lúcia Reis – É o de fazer com que o trabalhador não pague pela crise, não estamos dizendo isso de graça e nem na ofensiva. O que queremos é uma resposta de mobilização com uma agenda de propostas. Propomos que o governo

deva chamar a sociedade e a representação sindical em particular para discutir medidas que possam garantir que o país atravessasse esse processo e que a gente consiga o equilíbrio. Sempre criticamos a política econômica. Têm empresários pedindo dinheiro para o BNDES sem que necessariamente respondam com uma contrapartida social.

Contraponto – O que, efetivamente, se conseguiu na reunião com o ministro do Planejamento?

Lúcia Reis – Foi entregue ao Ministério do Planejamento a nossa pauta, tanto a reivindicação da manutenção dos acordos quanto um conjunto de outros pontos: auxílio-transporte, auxílio-alimentação, a questão da saúde do trabalhador, foi uma agenda com muitos temas. Nesse primeiro encontro, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Duvanier Paiva Ferreira disse que o governo iria manter os acordos conforme vinham sendo fechados, que a negociação com o governo iria ter curso e que no mês de abril uma série de coisas que vinham ainda



Lúcia Reis e Ponciano: conversa, em 19 de março, sobre acordos com governo

sem definição saíam do papel – grupos de trabalho para dar sequência às negociações necessárias, que são desdobramento do que foi previsto nos acordos, a retomada do grupo de trabalho da negociação coletiva e resolução de conflitos. A gente tem a expectativa de que volte a Convenção 151 no Congresso. E que o governo mande a PEC da negociação coletiva. À noite, por volta das 19h, fomos recebidos pelo ministro Paulo Bernardo. Ele explicou que a queda de receita é grande mas que não fará nada que possa afetar o conjunto de políticas que

o governo considera estratégicas. Falou que iam manter os acordos na linha da valorização dos servidores públicos e com a manutenção dos concursos públicos que serão feitos esse ano. O Estado tem papel fundamental no enfrentamento da crise. A tônica da conversa foi essa e as entidades abordaram aspectos sobre os desdobramentos do processo negociado, lembrou-se uma série de providências etc. Vale dizer que a imprensa não ficou lá cobrindo a reunião, apenas fotografaram e, no dia seguinte, disseram que o governo ia suspender os concursos e deixar de cumprir acordos.

Nojaf discute mudanças na Administração da JF

Oficiais de Justiça Plano de Carreira e Indenização de Transporte também foram debatidos

Texto e foto
Henri Figueiredo*

Na noite de segunda-feira, 23 de março, o Núcleo dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Nojaf) fez a primeira reunião de 2009 na sede do Sisejufe. Com uma presença maior do que nas reuniões de 2008, os oficiais de justiça discutiram a mudança de Administração na Justiça Federal, o agendamento de reunião com o juiz supervisor do Núcleo de Controle de Mandados (NCOM), Marcelo Tavares, e ouviram informes sobre o andamento do projeto do Plano de Carreira.

Alguns oficiais de justiça expuseram os problemas de relacionamento que passaram a acontecer desde a mudança na direção da JF. Segundo eles, o ambiente de trabalho vem se degradando desde o início do ano e isso leva a um descontentamento e consequente distanciamento dos oficiais de justiça



Nojaf: reunião aconteceu dois dias antes do Dia Nacional de Lutas dos Oficiais de Justiça

das Centrais de Mandado. Outro fato relatado foi o desarquivamento do Processo Administrativo que trata da Indenização de Transporte – o tema gerou apreensão neste segmento de servidores porque isso abre a possibilidade de a nova Administra-

ção tentar exercer um controle diário sobre o pagamento da indenização.

Os oficiais de justiça temem que se tente “regularizar” o que já está regulamentado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). Os par-

ticipantes da reunião foram informados que a primeira tentativa de reunião com o juiz supervisor do NCOM não prosperou – o que frustrou os servidores, que buscam maior diálogo com o novo diretor. Quanto ao Plano de Carreira, o diretor

Marcos André Leite Pereira informou sobre o andamento do projeto em Brasília e convocou os oficiais de justiça a uma maior participação nos fóruns de deliberação da Fenajufe.

*Da Redação.

Audiência no Senado reúne mais de 600 oficiais de justiça

No dia 25 de março, data que marcou o Dia Nacional de Lutas dos Oficiais de Justiça, mais de 600 oficiais (estaduais e federais) estiveram presentes em audiência pública convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal (CDH), para discussão do direito à aposentadoria especial por atividade de risco, matéria englobada pelos PLS 68/2003 e PLS 250/2005. Participaram da mesa os senadores Paulo Paim, Serys Shlessarenko e José Nery, a Presidente da Federação Nacional das Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais (Fenassoja), Lúcia Maria Bernardes de Freitas, o Presidente da Federação das Entidades Representativas

dos Oficiais de Justiça Estaduais do Brasil (Fojebra), Paulo Sérgio Costa da Costa, o Presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça de Portugal, Carlos Almeida, e o assessor jurídico do Sisejufe, Sinjufego e Fenassoja, advogado Rudi Cassel, expositor responsável pela abordagem técnica da aposentadoria especial por atividade de risco.

O presidente da Fojebra Paulo Costa abordou os problemas enfrentados pelos oficiais e a evidente atividade de risco que gera ameaças, homicídios e lesões variadas aos oficiais, encarregados de concretizar os provimentos jurisdicionais. Além do direito à aposentadoria especial, Paulo Costa destacou a necessidade de regulamentação do por-

te de arma, pois em quase todas as diligências os oficiais não contam com apoio policial.

O advogado Rudi Cassel destacou os pontos mais importantes do suporte jurídico da aposentadoria especial e a necessidade de sua regulamentação pelo aproveitamento do PLS 68. O advogado também destacou apoio – se necessário – do PLS 250, de autoria do senador Paulo Paim, que prevê a aposentadoria especial do portador de necessidades especiais e pode ser complementado, se alguma aresta permanecer na aprovação do PLS 68, que já se encontra na pauta do plenário, aguardando votação. Para o assessor jurídico do Sisejufe, a aposentadoria espe-

cial do oficial é suscitada pela atividade de risco prevista no artigo 40, § 4º, inciso III, da Constituição da República, com a redação dada pela EC 47/2005, embora possa ser identificada desde 1988, nas duas redações anteriores do artigo 40. São quase 21 anos de mora legislativa. A distinção fundamental foi o progresso com o afastamento da EC 20/1998, que exigia exclusividade na função e requeria interpretação para situar os oficiais dentro das atividades que prejudicavam a integridade física.

Conforme Cassel, a previsão implícita se tornou expressa com a EC 47 e os mandados de injunção que impediram no STF para os oficiais do Sisejufe, Sinjufego e Ao-

jus-DF receberam pareceres favoráveis da Procuradoria Geral da República. A posição da PGR também foi favorável nos mandados de injunção para agentes e inspetores de segurança filiados ao Sisejufe e Sinjufego.

O senador Paulo Paim afirmou empenho para a aprovação imediata do PLS 68, para o qual foi designado relator em Plenário, informando que já apresentou a emenda para inclusão das atividades de risco dos oficiais, deliberação retirada da audiência pública realizada em 2008, que contou com a colaboração do advogado do Sisejufe.

Da Redação, com informações de Rudi Cassel.

Prata da Casa

Servidora aposentada do TRT fala sobre sua vocação literária

Max Leone*

Letras, palavras, frases e a escrita que se desenvolve como narrativa sempre estiveram presentes na vida de Marlene Santos de Lima, servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Ainda menina, em Maceió, se encantou com as histórias contadas em forma de cordel, o primeiro contato que teve com algum estilo literário. Os quadrinhos também fizeram a cabeça da futura escritora, que aprendeu a ler e a escrever cedo e percebeu que a sua vocação era mesmo a de “brincar” com as palavras. Estava, então, plantada a semente que germinaria e resultaria em uma escritora de contos de mão cheia. Contos que podem ser encontrados nas páginas de Ideias em Revista, publicação bimestral do Sisejufe, onde

Fotos: Henri Figueiredo



Ler é prazer: Marlene e a neta Luísa, de 11 anos, divertem-se com um dos contos

Marlene é roteirista colaboradora. A escritora é mais um talento escondido nos meandros do Judiciário Federal e que participa do Projeto Cultural Prata da Casa – iniciativa do Departamento de Formação, Cultura, Esporte e Lazer do sindicato cujo objetivo é descobrir e divulgar os talentos artísticos no funcionalismo do Judiciário Federal.

“Sempre gostei de ler e escrever. Nasci com essa vocação. A literatura sempre me agradou. E a primeira forma com a qual tive contato foi o cordel. Afinal de contas, sou nordestina, de Alagoas... os livrinhos passavam de mão em mão e eram vendidos nas feiras. Matava minha sede lendo cordel e histórias em quadri-

Um olhar refinado sobre a natureza humana

Livro pronto: a escritora Marlene de Lima mostra a edição caseira de seu livro de contos “Homem sem agá”

nhos. Costumo ler, também, poesias. Escrevo poemas, porém, tenho mais facilidade para os contos”, explica Marlene.

À medida que crescia, o gosto da jovem Marlene pela leitura e pela escrita aumentava, assim como as influências. Já nos anos 50, Marlene se deliciava com os livros de Jorge Amado,

Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde optou por Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. “Passei a dar aulas de Português e trabalhava no Ministério da Aeronáutica. Foi quando, em 1985, passei no concurso para o TRT, onde trabalhei na 20ª Junta”, lembra.

Mal sabia ela que, o tribunal seria uma fonte inesgotável de inspiração para os contos que passaria a escrever. Atualmente Marlene tem de 40 a 50 textos, sendo 20 inéditos prontinhos para serem publicados em um livro. Como secretária de audiências do TRT, Marlene acompanhava o cotidiano e, muitas vezes, o drama e as contradições humanas de quem chegava até o TRT em litígios. Ela diz que ficava imaginando o que acontecia com os reclamantes quando saíam da sala de audiências. Muita história escrita por Marlene nasceu dessa curiosidade. “Eu me sentia um peixe fora d’água quando assumi no tribunal. Passei a gostar mais quando fui para a sala de audiên-

cias e ouvia as histórias. Como secretária de audiências, no meu dia a dia, entrei mais em contato com o material humano do que as questões trabalhistas. Maus patrões, maus empregados e dramas familiares iam bater ali, mesmo não sendo da competência da Justiça do Trabalho. Também ataques de nervos, ataques epiléticos etc.”, relembra a aposentada que produzia os textos na máquina de escrever, mas que hoje usa o computador sem problemas.

Marlene lembra também da curiosa história de uma radiôatriz que buscou a Justiça do Trabalho para reclamar do fato de terem “matado” sua personagem no meio da trama. “Ela tinha se planejado financeiramente e não contava em perder o emprego”, explica.

A contista destaca o apoio que teve do escritor Jair Ferreira dos Santos, autor de “Cyber Senzala” – “ele me mostrou o caminho das pedras” – com quem fez

oficinas de criação literária a partir de 2003. Atualmente, Marlene frequenta uma oficina literária todos os sábados, a Oficina Estação das Letras, no bairro do Flamengo. Ela diz que o espaço tem sido importante para sua produção. Nessa oficina, Marlene compartilha ideias com Luiz Ruffato, escritor que mora em São Paulo e se desloca todos os fins de semanas para o Rio.

“Passei a me dedicar mais aos textos depois que me aposentei e comecei a oficina. Estou escrevendo muito. Sou de uma família grande e, pelo que já vivi até agora, ainda tenho muitas histórias e muitos personagens. Eles entram em nossas vidas a todo momento, não é? Gostaria de dizer, como Drummond, ‘o tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente’”, afirma.

*Da Redação, com a colaboração de Henri Figueiredo.

À procura de uma editora



Enquanto a oportunidade de publicar o livro não aparece, Marlene aproveita o espaço que tem tido nas páginas de Ideias em Revista, onde seus textos aparecem com frequência. Ela conside-

ra muito positiva a iniciativa do sindicato de ter uma publicação com o perfil editorial da revista. Na opinião da servidora aposentada, “Ideias em Revista levanta problemas da categoria em várias seções, tem bom espaço para a Cultura e dá espaço para textos de outros autores”.

“Sou grata à revista pois

tenho tido oportunidade de mostrar meus textos. Quem os lê sabe que alguns são intrigantes, como o do rapaz que sonhou com a namorada morta e, no dia seguinte, a sala estava em polvorosa; ou chocantes, como o da mulher que flagrou a própria mãe com seu marido na igreja; ou tragicômicos, como o da mocinha que pediu ao Padre Cícero para impedir seu casamento”, comenta.

Da Redação.